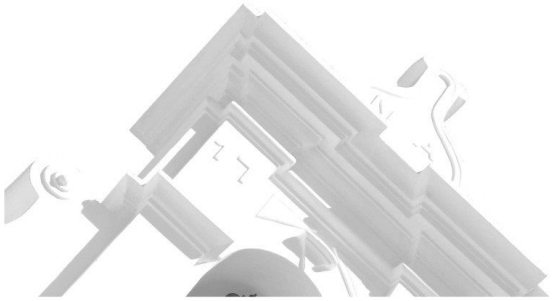


município
tavira

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 2017

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 5
2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 6
3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO 8
4. ANÁLISE AO BALANÇO 9
5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 12
6. INDICADORES DE GESTÃO 15
7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 16
7.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO 16
7.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação 16
7.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação 16
7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA 16
7.3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO: 16
7.4. ENDIVIDAMENTO 17
7.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS: 21
7.5.1. Critérios de valorimetria 21
7.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS 21
7.6.1. Ativo imobilizado consolidado 21
7.6.2. Remunerações do órgão executivo 23
7.6.3. Demonstração consolidada dos resultados financeiros 24
7.6.4. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários 24
7.7. INFORMAÇÕES DIVERSAS 25
8. CONCLUSÃO 26
9. ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO 27
10. ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 29
11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 30

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Organigrama do grupo público municipal 6
Gráfico 2 – Distribuição do ativo 10
Gráfico 3 – Distribuição do passivo 11
Gráfico 4 – Distribuição dos fundos próprios 11
Gráfico 5 – Distribuição dos custos e perdas 13
Gráfico 6 – Distribuição dos proveitos e ganhos 13
Gráfico 7 – Distribuição da dívida de médio e longo prazo 19
Gráfico 8 – Variação da dívida consolidada – 2016/2017 20
Gráfico 9 – Distribuição do ativo bruto 22

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido 9
Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida 12
Quadro 3 – Indicadores de gestão 15
Quadro 4 – Ajustamentos 17
Quadro 5 – Dívidas de médio e longo prazo 18
Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo 19
Quadro 7 – Variação da dívida consolidada 20
Quadro 8 – Critérios de valorimetria 21
Quadro 9 – Ativo bruto consolidado 22
Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas 23
Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo 23
Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados 24
Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados 24

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o regime financeiro das autarquias locais, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, estabeleceu os princípios orientadores da consolidação de contas, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, o Município de Tavira passou a ser abrangido pela consolidação de contas com as empresas municipais, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 75.º da referida Lei.

Neste sentido, o Município de Tavira elaborou, para o exercício de 2017, a consolidação de contas do grupo público municipal, tendo por base a portaria referida e as instruções do SATAPOCAL.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Regime Financeiro das Autarquias Locais, o grupo autárquico é composto pelo Município e as entidades que de forma direta ou indireta são controladas por este, sendo que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. Sendo a condição de controlo aferida pelas seguintes condições:

- De poder, como sejam a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento internos e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão;
- De resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade.

É ainda obrigatório realizar a consolidação com as empresas locais que integrem o sector local, como é o caso das duas empresas municipais do Município.

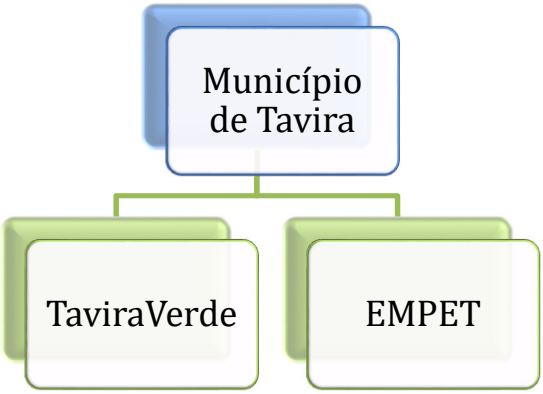


Gráfico 1 - Organigrama do grupo público municipal

Neste sentido o grupo público municipal engloba o Município de Tavira e duas empresas municipais, conforme ilustrado através do gráfico 1: a TaviraVerde, Empresa Municipal de Ambiente EM, tem como objetivo a gestão, exploração, manutenção e conservação dos sistemas públicos de distribuição de água para consumo público, recolha e rejeição de águas residuais domésticas, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e higiene e limpeza pública, manutenção, construção e gestão de espaços verdes, cobrança de taxas, tarifas, coimas e outras prestações de serviços conexos com a respetiva atividade e atendimento comercial aos utentes dos respetivos serviços na área do concelho de Tavira; e a EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, cujo objeto consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento de atividades económicas no concelho de Tavira, bem como a aquisição, a

alienação, a oneração e a locação dos parques empresariais nele situado.

Por não preencherem os requisitos, descritos no referido artigo, foram excluídas da consolidação as seguintes entidades:

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA;
- Águas do Algarve, SA;
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização da Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Tavira foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração das demonstrações financeiras (balanço, demonstração de resultados e outros elementos financeiros) da entidade consolidante com os respetivos elementos e demonstrações financeiras das entidades consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros, que se designam por "*Interesses Minoritários"*.

Neste método, são eliminados do ativo, passivo e capitais próprios todas os montantes que sejam recíprocos entre a entidade consolidante e as entidades consolidadas, nomeadamente:

- Créditos e dívidas entre as entidades incluídas na consolidação;
- Ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas entre as mesmas entidades

Em resumo, o método de consolidação integral procura representar as demonstrações financeiras do grupo, como se de uma integração física se tratasse, em que alguns elementos patrimoniais estariam "*identificados*" como pertencentes a sócios detentores de capital, cujos direitos de voto são minoritários.

4. ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço consolidado representa a situação patrimonial do grupo à data de encerramento do exercício no ano 2017, e é composto por dois membros: o ativo e os capitais próprios com o passivo que totaliza €261.888.888, conforme se pode verificar no quadro n.º 1.

Quadro 1 – Balanço consolidado resumido

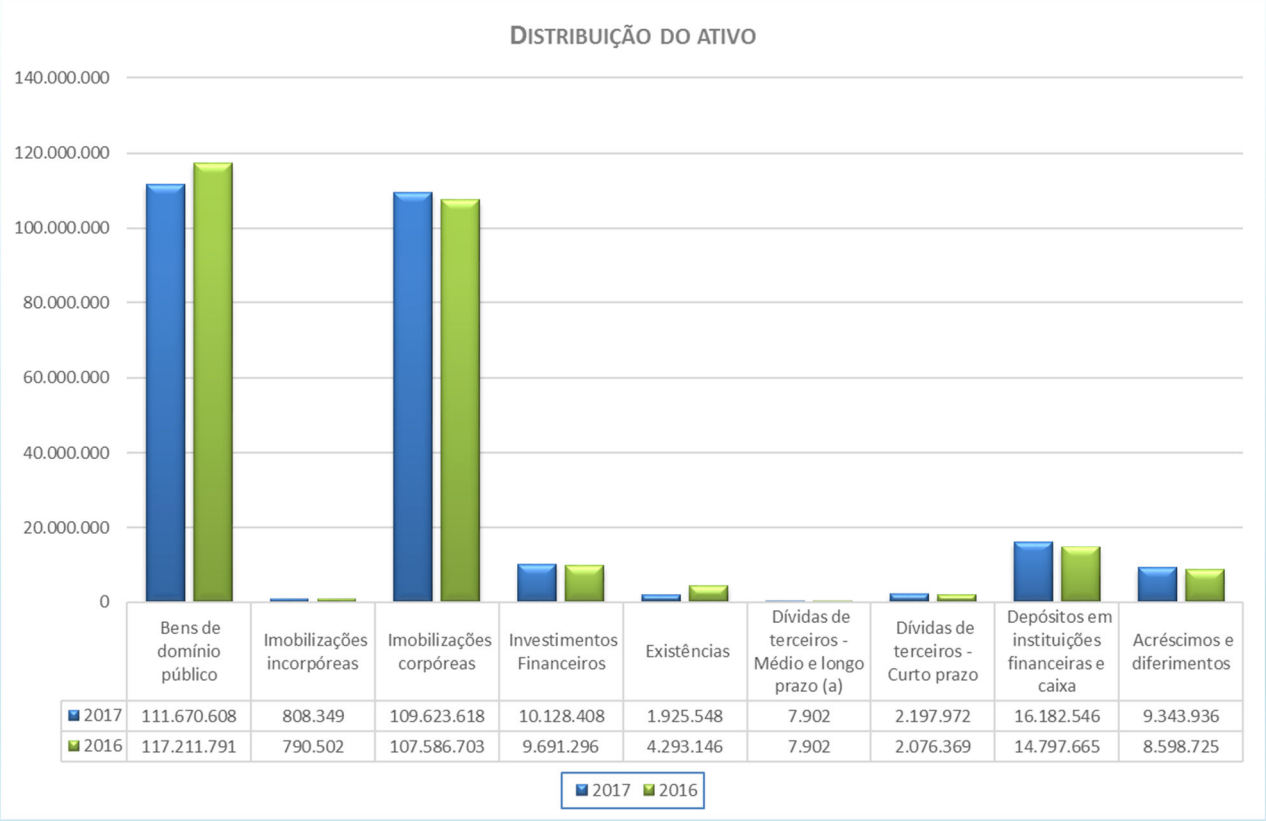
Unidade: Euros

ATIVO	2017 AB	2017 AP	2017 AL	2016 AL
Imobilizado	**353.813.208**	**121.582.224**	**232.230.984**	**235.280.291**
Bens de domínio público	195.791.083	84.120.474	111.670.608	117.211.791
Imobilizações incorpóreas	844.799	36.450	808.349	790.502
Imobilizações corpóreas	146.818.116	37.194.497	109.623.618	107.586.703
Investimentos Financeiros	10.359.211	230.803	10.128.408	9.691.296
Circulante	**29.978.166**	**320.262**	**29.657.904**	**29.773.807**
Existências	1.937.612	12.064	1.925.548	4.293.146
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	7.902	0	7.902	7.902
Dívidas de terceiros - Curto prazo	2.506.170	308.198	2.197.972	2.076.369
Depósitos em instituições financeiras e caixa	16.182.546	0	16.182.546	14.797.665
Acréscimos e diferimentos	9.343.936		9.343.936	8.598.725
Total de Amortizações		121.582.224		
Total de Provisões		320.262		
TOTAL DO ATIVO	**383.791.374**	**121.902.487**	**261.888.888**	**265.054.099**

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2017 AL	2016 AL
Fundos próprios	**213.410.176**	**218.263.788**
Património	203.846.523	203.846.523
Reservas	10.875.204	8.689.957
Resultado transitados	1.846.102	7.971.042
Resultado líquido do exercício consolidado	-5.129.132	-4.324.186
Resultado afeto a interesses minoritários	307.718	422.579
Interesses minoritários	1.663.761	1.657.873
Passivo	**48.478.712**	**46.790.311**
Provisões	4.742.284	1.460.372
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	18.983.538	20.309.997
Dívidas a terceiros - Curto prazo	7.559.435	8.549.514
Acréscimos e diferimentos	17.193.454	16.470.427
TOTAL CP + PASSIVO	**261.888.888**	**265.054.099**

O ativo é um recurso controlado pelo grupo público municipal que resulta de acontecimentos passados e

dos quais se espera benefícios económicos futuros, sendo composto pelo imobilizado, com uma representação de 89%, e pelo ativo circulante, com 11%. O gráfico n.º 2 é ilustrativo da distribuição do ativo, onde se destaca claramente os "*Bens de domínio público*", com €111.670.608, e as "*Imobilizações corpóreas*" com €109.623.618, que representam 43% e 42% do ativo do grupo, respetivamente.



	Bens de domínio público	Imobilizações incorpóreas	Imobilizações corpóreas	Investimentos Financeiros	Existências	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)	Dívidas de terceiros - Curto prazo	Depósitos em instituições financeiras e caixa	Acréscimos e diferimentos
2017	111.670.608	808.349	109.623.618	10.128.408	1.925.548	7.902	2.197.972	16.182.546	9.343.936
2016	117.211.791	790.502	107.586.703	9.691.296	4.293.146	7.902	2.076.369	14.797.665	8.598.725

Gráfico 2 – Distribuição do ativo

Observamos ainda, que o ativo sofreu uma redução de 2016 para 2017, no montante de €3.165.211 (1,19%), que resulta em parte da diminuição do valor contabilístico do imobilizado decorrente da normal depreciação/amortização do ano.

O passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, da liquidação do qual se espera que resulte uma saída de recursos da entidade incorporando benefícios económicos. O passivo do grupo é de apenas, €48.478.712, sendo as dívidas de médio e longo prazo as mais representativas com €18.806.523, seguida pelos acréscimos e diferimentos, com €17.193.454, conforme revela o gráfico n.º 3.

No que concerne ao capital próprio, que corresponde ao que sobra do ativo depois de deduzido o passivo do grupo. Ou seja, representa o "interesse residual" dos titulares da entidade nos seus ativos. O que significa que o capital próprio não representa efetivamente o valor que ficaria para os titulares se vendessem todo o património da entidade, mas apenas o que lhes restaria se os ativos fossem realizados

pelos valores nele expressos e os passivos liquidados pelos montantes nele evidenciados.

O capital próprio ou fundos próprios do grupo é significativo, representando 81% do ativo. No gráfico n.º 4 verifica-se que o principal destaque dos fundos próprios é o património.

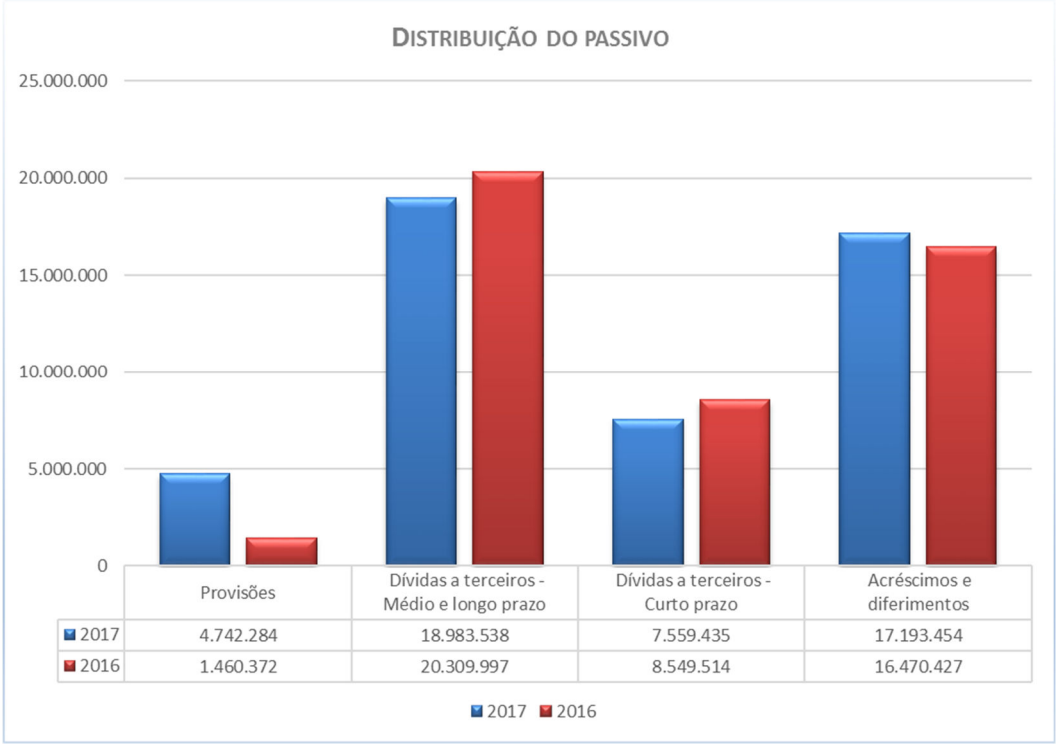


Gráfico 3 – Distribuição do passivo

Gráfico 4 – Distribuição dos fundos próprios

5. ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados, tem como objetivo aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a estimar a capacidade do grupo público municipal em gerar fluxos de caixa.

Quadro 2 – Demonstração de resultados consolidada resumida

Unidade: Euros

DESIGNAÇÃO	2017	2016
Custos e Perdas		
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.820.346	1.705.891
Fornecimentos e serviços externos	9.321.693	8.711.553
Custos com o pessoal:	12.036.708	11.569.395
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.465.314	2.142.963
Amortizações do exercício	11.625.417	11.369.561
Provisões do exercício	3.289.191	1.001.107
Outros custos e perdas operacionais	152.740	59.182
Custos e perdas financeiras	483.207	779.536
Custos e perdas extraordinárias	957.055	3.384.413
	42.151.670	**40.723.600**
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-5.436.849	-4.746.765
Interesses minoritários	307.718	422.579
Resultado líquido do exercício consolidado	***-5.129.132***	***-4.324.186***
TOTAL	**37.022.539**	**36.399.414**
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestações de serviços	11.122.622	9.966.790
Impostos e taxas	15.485.894	15.517.493
Variação da produção	-807.000	-370.168
Transferências e subsídios obtidos	7.562.970	7.468.022
Proveitos e ganhos financeiros	2.170.829	2.144.645
Proveitos e ganhos extraordinários	1.487.224	1.672.632
TOTAL	**37.022.539**	**36.399.414**
Resultados Operacionais	-7.346.922	-3.977.515
Resultados financeiros	1.687.621	1.365.109
Resultados correntes	-5.659.301	-2.612.406
Resultado liquido antes de impostos	-5.129.132	-4.324.186
Resultado líquido antes de interesses Minoritários	-5.436.849	-4.746.765
Resultado afeto a interesses minoritários	307.718	422.579
Resultado liquido ao exercício consolidado	-5.129.132	-4.324.186

Apreciada a demonstração de resultados consolidada resumida (quadro 2), verificamos que o grupo teve um resultado líquido negativo de €5.129.132, o que significa que os proveitos e ganhos (€37.022.539) não foram suficientes para cobrir os custos e perdas do ano que este ano ascenderam a €42.151.670.

Comparativamente ao ano anterior verificou-se, um agravamento do resultado líquido consolidado em €804.946, dado que no corrente ano registou-se um aumento significativo nas provisões do grupo.

Em relação aos custos e perdas, constata-se que os "*Custos com o pessoal*" e as "*Amortizações do exercício*" são as que tem maior peso, representando 29% e 28% dos proveitos e ganhos, respetivamente, seguidas de perto pelo "*Fornecimento e serviços externos*" com 22%, conforme demonstra o gráfico n.º 5.

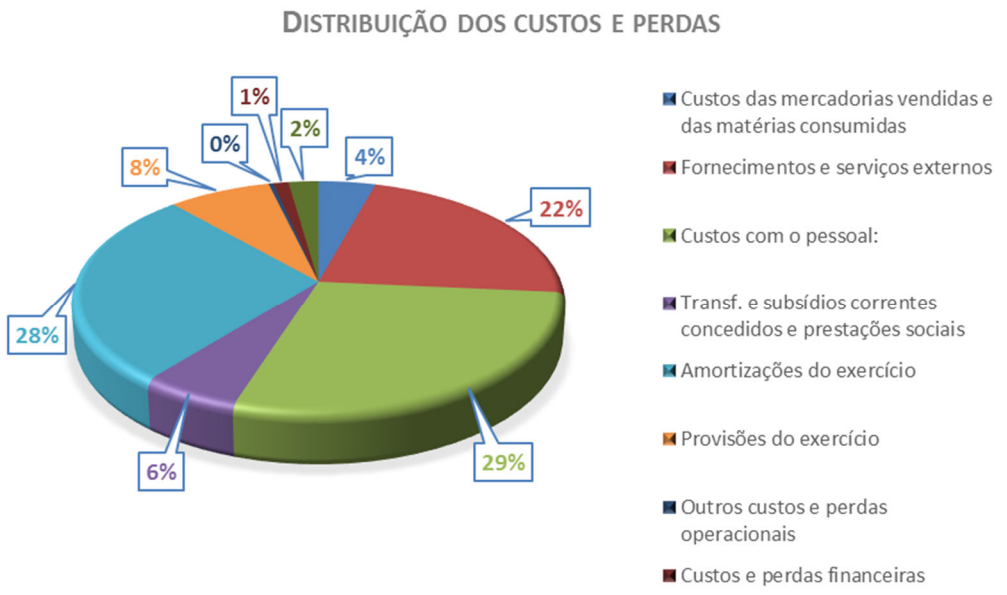


Gráfico 5 – Distribuição dos custos e perdas

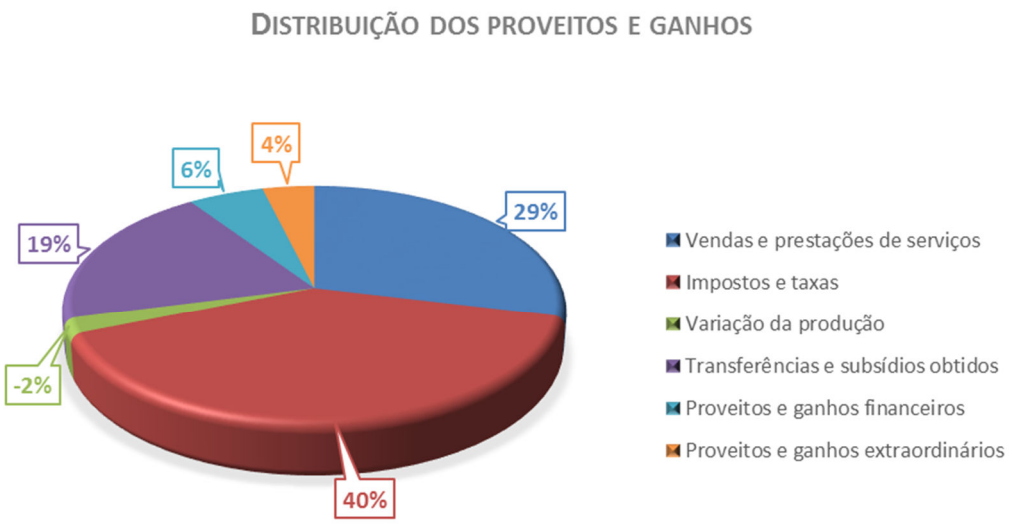


Gráfico 6 – Distribuição dos proveitos e ganhos

O gráfico n.º 6 ilustra a distribuição dos proveitos e ganhos, onde se destacam os "*Impostos e taxas*" com

40%, seguido das "Vendas *e prestações de serviços*" com 29%, e das "*Transferências e subsídios obtidos*" com 19%.

De realçar que os resultados financeiros foram positivos com €1.687.621.

6. INDICADORES DE GESTÃO

No quadro 3, foram apurados alguns indicadores de gestão, com os quais podemos concluir que a estrutura do ativo demonstra que o imobilizado (ativo fixo) é o mais representativo do ativo, conforme já tinha sido referido anteriormente, e a estrutura do passivo revela que o passivo de longo prazo corresponde a 39% do passivo total, enquanto o de curto prazo representa 16%.

No que concerne aos índices de liquidez, as disponibilidades cobrem a totalidade da dívida de curto prazo, e o ativo circulante 269% desta. O que revela que em caso de "*insolvência*" as disponibilidades e dívidas a receber cobririam todas as dívidas de curto prazo, e ainda "*sobrava*" dinheiro para as de médio/longo.

Em termos de solvabilidade, verificamos que quer o fundo patrimonial quer o ativo do grupo público municipal cobrem largamente o passivo. No entanto, é preciso ter em consideração que o ativo integra bens não hipotecáveis ou alienáveis, como é o caso, dos bens de domínio público, no montante de €111.670.608.

Em termos gerais, não se verificaram alterações relevantes dos indicadores de gestão comparativamente ao ano anterior.

Quadro 3 – Indicadores de gestão

INDICADORES	2017	2016
Estrutura do activo		
Ativo fixo/Ativo total	89%	89%
Ativo circulante/Ativo total	11%	11%
Ativo fixo/Ativo circulante	783%	790%
Acréscimos e Difer./Ativo total	4%	3%
Estrutura do passivo		
Passivo longo prazo/Passivo total	39%	43%
Passivo curto prazo/Passivo total	16%	18%
Passivo longo prazo/Passivo curto prazo	251%	238%
Acréscimos e Difer./Passivo total	35%	35%
Análise do passivo exigível		
Divida curto prazo/Ativo fixo liq.	3%	4%
Divida MLP/Ativo fixo liq.	8%	9%
Índices de liquidez		
Disponibilidades/Exigível CP	214%	173%
Ativo circulante/Exigível CP	269%	248%
Solvabilidade		
Fundo patrimonial/Passivo	437%	463%
Ativo/Passivo	540%	566%

7. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

7.1. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

7.1.1. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Município de Tavira, com sede na Praça da Republica – 8800 Tavira
- TaviraVerde - Empresa Municipal de Ambiente EM, sede na Rua 25 de abril n.º 1, r/c esq., 8800 Tavira;
- EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, sede na Rua da Liberdade, n.º 1, 8800-399 Tavira.

7.1.2. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

- Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.
- Águas do Algarve S.A.
- Sociedade Polis Litoral Ria Formosa – Sociedade de Requalificação e Valorização Ria Formosa, SA;
- AGETAV – Agência de desenvolvimento de Tavira, SA;
- CCAM – Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Sotavento Algarvio, SA;
- Globalgarve – Cooperação e Desenvolvimento, SA.

7.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicadas as normas de consolidação adequadas, pelo que estas revelam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação.

7.3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO:

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados:

- todos os créditos e dívidas recíprocos entre as entidades consolidantes;
- os ativos correspondentes a ganhos resultantes de operações realizadas reciprocamente;
- e, o capital social que a autarquia detém das empresas locais.

Posteriormente foram apurados os "*interesses minoritários*" e as "*diferenças de consolidação*", conforme se encontra demonstrado no lançamento n.º 12 do quadro 4.

Quadro 4 – Ajustamentos

Unidade: Euros

N.º DE LANÇAMENTO	DESCRIÇÃO	DÉBITO CONTA	DÉBITO VALOR	CRÉDITO CONTA	CRÉDITO VALOR
	EMPET vs Município de Tavira				
1	Anulação de prestações suplementares	253	57.362	2647	57.362
2	Anulação do Capital Próprio do MT	51	478.846	41	478.846
	TaviraVerde vs Município de Tavira				
3	Anulação da faturação de àgua	71	137.058		
		72	162.540		
				62	299.598
4	Anulação da faturação do contrato de manutenção dos espaços verdes	751	1.322.580	638	1.322.580
5	Anulação da faturação do contrato de limpeza das praias	751	244.318	638	244.318
6	Anulação da faturação de assistência técnica	712	241.932	62	241.932
7	Anulação de prestações suplementares (cedência de imobilizado)	532	246.103	2647	246.103
8	Anulação da faturação de colocação de contadores de água	721	731	62	731
9	Anulação da dívida	228	159.127	21	159.127
10	Anulação do capital próprio do MT	51	25.500	41	25.500
11	Anulação da renda das lojas	7249	6.720	62	6.720
12	Anulação de dívida - rendas das lojas	221	448	2123	448
13	Anulação de licenças	722	288	62	288
14	Anulação da distribuição dos dividendos	7841	439.487	55	439.487
	Município de Tavira				
15	Eliminação dos restantes CP das EM:				
	Anulação do CP remanescente das EM	51	44.452		
	Anulação das reservas das EM	571	73.372		
	Anulação das reservas das EM	572	862.006		
	Anulação dos subsídios das EM	575	3.881.216		
	Anulação dos resultados transitados das EM	59	628.522		
	Lançamento de Interesses Minoritários nas EM			IM	1.971.478
	Lançamento das diferenças de consolidação			59	3.518.090

7.4. ENDIVIDAMENTO

O endividamento de médio e longo prazo corresponde à dívida que o grupo público municipal tem perante instituições financeiras, e que resultaram de financiamentos contraídos para realizar de diversos investimentos.

No quadro 5, encontram-se discriminadas as dívidas de médio e longo prazo a terceiros que constam do Balanço consolidado, e que totalizam €17.983.539. Deste montante, a dívida do Município de Tavira

representa 49% do total da dívida do grupo público municipal, seguidos dos 34% da TaviraVerde e dos 17% da EMPET, conforme demonstrado no gráfico n.º 7.

Quadro 5 – Dívidas de médio e longo prazo

Unidade: Euros

ENTIDADE	N.º DE EMPRÉSTIMO	DATA CONTRATAÇÃO	PRAZO DO CONTRATO	VALOR CONTRATADO	DÍVIDA A 31/DEZ/2016	DÍVIDA A 31/DEZ/2017
	Município de Tavira			**28.402.195**	**10.844.744**	**9.354.266**
INH	1992.11.0008.2	05/08/1992	26	834.160	121.480	60.886
INH	1993.11.0003.2	28/07/1993	26	701.524	143.382	102.671
BPI	6102232830001	15/09/1999	20	1.995.192	399.038	266.026
CGD	0807 000617 9 91	20/12/2000	25	2.971.774	1.135.130	987.496
CGD	0807 000611 9 91	20/12/2000	25	1.010.333	372.730	330.698
CGD	0807 000621 7 91	20/12/2000	20	3.499.861	802.864	602.801
CCA	56019065843	22/10/2001	20	1.496.394	487.452	389.961
CGD	9015 002711 6 91/9015 002712 4 91	23/11/2001	25	3.293.413	1.459.388	1.314.200
CCA	56021965671	23/05/2002	20	423.997	168.537	140.719
CCA	56023055494	23/09/2002	20	826.837	363.941	304.300
CGD	9015 003264 0 91	08/10/2002	15	125.897	8.215	0
CGD	9015 003267 5 91	08/10/2002	15	85.996	2.704	1.352
CGD	9015 003263 2 91	08/10/2002	15	155.849	10.706	0
CGD	9015 003303 5 91	22/10/2002	25	1.045.763	499.124	454.441
CGD	9015 003258 6 91	08/10/2002	20	262.237	101.260	84.811
BPI	6102232830004/7	28/11/2002	25	2.800.000	1.546.278	1.419.958
BES	2540 4411 2108	21/05/2003	20	706.555	259.136	221.994
CGD	9140 013363 0 91	22/07/2004	20	765.296	361.022	316.327
CGD	9015 004105 4 91	30/12/2004	25	45.051	25.613	23.726
CGD	9015 005169 6 91	14/12/2006	25	90.777	61.065	57.125
CGD	9015 006431 3 91	29/06/2005	20	3.962.667	2.383.045	2.209.580
BPI	6102232830008	07/12/2009	7	1.208.297	52.642	0
IFDR	QREN - Igreja das ondas	25/02/2013	8	94.326	79.992	65.194
	TaviraVerde			**5.700.000**	**5.615.273**	**6.419.029**
	Locação financeira	---	---	---	54.504	6.370
CCA	---	13/07/2009	20	200.000	139.362	128.803
BP	---	25/05/2016	10	1.500.000	1.421.407	1.283.857
BCP	---	17/10/2016	10	4.000.000	4.000.000	4.000.000
NB	---	09/02/2017	10	1.000.000	0	1.000.000
	EMPET			**4.880.000**	**3.849.981**	**3.210.243**
---	Locação financeira	---	---	---	254.790	238.707
CCA	56048281921	24/03/2010	7	4.600.000	2.684.787	2.150.908
CCA	56051945592	22-03-2012	6	105.000	15.474	0
CCA	58025331232	27/10/2011		175.000	894.929	820.629
	TOTAL			**78.964.391**	**20.309.998**	**18.983.539**

No endividamento de médio e longo prazo não existe qualquer relação recíproca entre as entidades consolidantes, sendo todos os montantes discriminados no referido quadro dívidas a instituições bancárias.

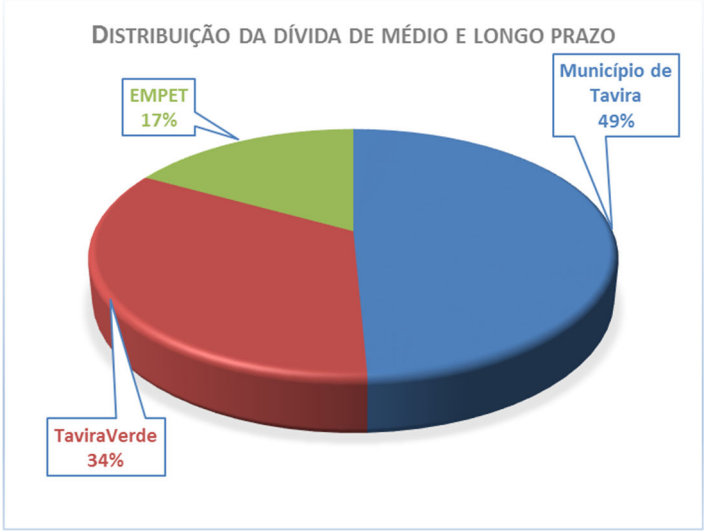


Gráfico 7 – Distribuição da dívida de médio e longo prazo

No quadro 6, é possível perceber que as dívidas de curto prazo do grupo público municipal consolidado são de €7.559.435, sendo a TaviraVerde a entidade com maior peso neste âmbito, com uma representação de 45% seguido pela EMPET com 32% e o Município de Tavira com apenas 23%, o que revela que as empresas locais em conjunto têm um peso demasiado elevado na dívida de curto prazo do grupo, ou seja 77%.

Quadro 6 – Endividamento consolidado de curto prazo

Unidade: Euros

DESIGNAÇÃO	DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO				ELIMINAÇÃO DE CRÉD./DIV. RECÍPROCOS	GRUPO PÚBLICO CONSOLIDADO
	MUNICÍPIO	TAVIRAVERDE	EMPET	TOTAL		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Adiantamentos por conta de vendas	0	0	713.196	713.196	0	713.196
Dívidas a instituições de crédito	0	825.000	0	825.000	0	825.000
Fornecedores, c/c	43.629	1.276.211	1.430.235	2.750.074	448	2.749.626
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	628.163	0	0	628.163	159.127	469.036
Fornecedores de imobilizado, c/c	277.806	447.177	0	724.983	0	724.983
Fonecedores imobilizado - Fat. em conferência	137.017	0	0	137.017	0	137.017
Estado e outros entes públicos	23.830	105.702	43	129.575	0	129.575
Outros credores	800.351	784.196	283.816	1.868.363	57.362	1.811.001
TOTAL	**1.910.797**	**3.438.285**	**2.427.290**	**7.776.372**	**216.937**	**7.559.435**

No quadro 7, verifica-se que a dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 4,55% face ao ano anterior, cerca de 1,3 milhões de euros, por força da redução de 10% da dívida de curto prazo (€813.064), e de 2,47% da dívida de médio e longo prazo (€501.459).

Para além da redução da dívida de médio e longo prazo, registaram-se reduções significativas da dívida consolidada, em termos absolutos, no "*Adiantamento por conta de vendas*" (€895.037), seguidos do "*Estado e outros entes públicos*" (€327.756) e dos "*Outros credores*" (€246.031). Em contrapartida, realça-se o aumento dos "*Fornecedores – Fat. em conferência*" (€354.944) e as "*Dívidas a instituições de crédito*" (€56.829).

Quadro 7 – Variação da dívida consolidada

Unidade: Euros

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	2017	2016	VARIAÇÃO 2016-2017 €	%
Curto prazo	**7.559.435**	**8.549.514**	**-990.079**	**-12%**
Adiantamentos por conta de vendas	713.196	1.608.233	-895.037	-55,65%
Dívidas a instituições de crédito	825.000	768.171	56.829	7,40%
Fornecedores c/c	2.749.626	2.876.110	-126.483	-4,40%
Fornecedores - Fat. em conferência	469.036	114.092	354.944	311,10%
Fornecedores de imob. c/c	724.983	699.341	25.642	3,67%
Fonecedores imob. - Fat. em conferência	137.017	26.565	110.452	415,78%
Estado e outros entes públicos	129.575	457.332	-327.756	-71,67%
Outros credores	1.811.001	1.999.671	-188.670	-9,44%
Médio e longo prazo	**18.983.539**	**20.309.998**	**-1.326.459**	**-6,53%**
Locação financeira	245.076	309.294	-64.218	-20,76%
Empréstimos	18.738.463	20.000.703	-1.262.241	-6,31%
TOTAL	**26.542.974**	**28.859.512**	**-2.316.538**	**-8,03%**

O gráfico 8, revela as variações da dívida consolidada em termos percentuais, onde se verifica que os fornecedores de imobilizado com faturas em conferência foram os que tiveram a maior subida com um crescimento de 415,78%, seguidos dos fornecedores de conta corrente com 311,10%, o que significa que no corrente ano houve um aumento no volume de faturação no final de ano.

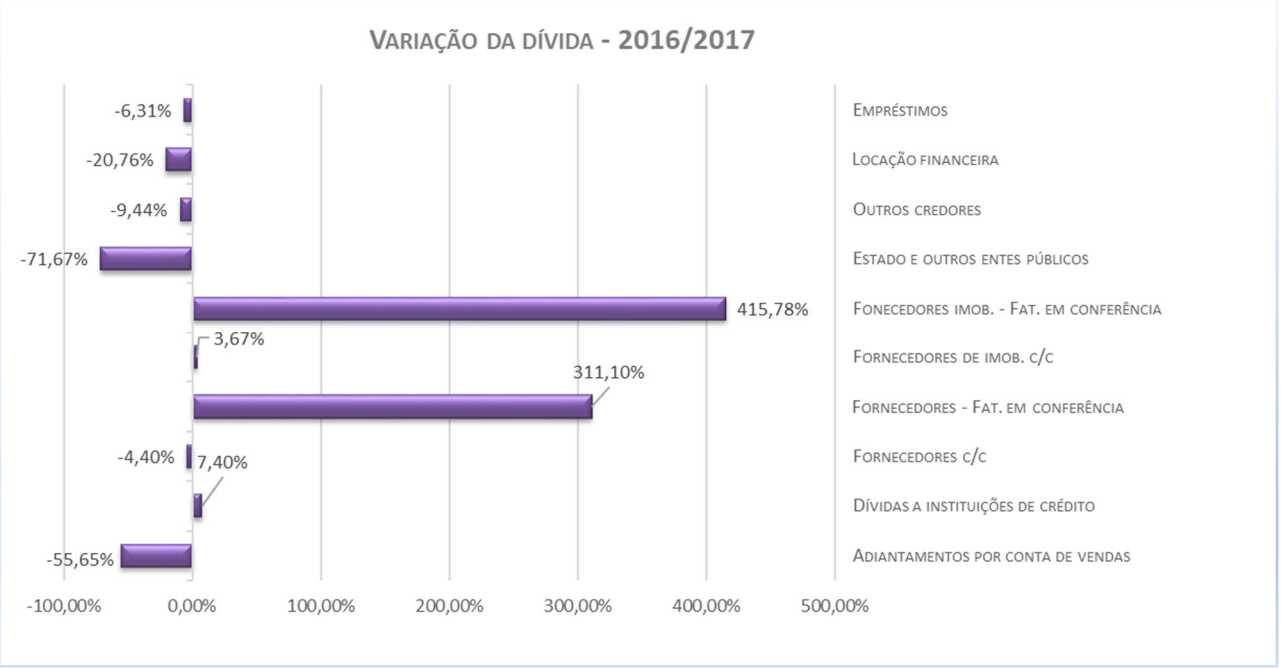


Gráfico 8 – Variação da dívida consolidada – 2016/2017

Por contrapartida, as maiores descidas em termos percentuais, foram da dívida ao estado com 71,67%, seguida do adiantamento por conta das vendas que reduziu 55,65%.

7.5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

7.5.1. Critérios de valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados pelas entidades do grupo são as constantes no quadro 8.

Quadro 8 – Critérios de valorimetria

	Município de Tavira	TaviraVerde	EMPET
Imobilizado	Custo de aquisição	Custo de aquisição	Custo de aquisição
Mercadorias	---	Custo de produção	Custo de produção
Amortizações	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

7.6. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RÚBRICAS

7.6.1. Ativo imobilizado consolidado

No que diz respeito às rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e às respetivas amortizações, ajustamentos e provisões, verifica-se no quadro 9, que o imobilizado bruto teve um crescimento de €7.696.430 passando para €353.813.378, o que significa um acréscimo de cerca de 2%. Sendo os bens de domínio público e as imobilizações corpóreas as principais causas desse aumento.

O gráfico 9, ilustra a distribuição do ativo bruto do grupo, revelando o peso significativo dos bens de domínio público com 55% e do imobilizado corpóreo com 42%.

De referir que, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de cerca de 3,5 milhões de euros (3,8 milhões de euros em 2016), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

No quadro 10, estão espelhadas as amortizações/provisões acumuladas do grupo municipal, que totalizam no ano de 2017 os €121.452.735. As amortizações acumuladas dos bens de domínio público são as que têm o maior peso, representado mais de metade destas com €84.120.474 (69%) seguidas das imobilizações corpóreas com €37.194.501 (31%)

Quadro 9 – Ativo bruto consolidado

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUST.	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	ABATES/ TRANSF.	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	**192.200.457**	**-21.225**	**3.611.914**	**0**	**0**	**195.791.145**
Terrenos e recursos naturais	46.691.872	0	0	0	0	**46.691.872**
Edifícios	45.000	0	0	0	0	**45.000**
Outras construções e infra-estruturas	127.437.506	0	0	0	0	**127.437.506**
De Imobilizações incorpóreas	**826.952**	**0**	**17.847**	**0**	**0**	**844.799**
Propriedade industrial e outros direitos	36.450	0	0	0	0	**36.450**
Imobilizações em curso	590.424	0	17.847	0	0	**608.271**
De Imobilizações corpóreas	**143.302.683**	**0**	**3.186.802**	**-314.031**	**642.669**	**146.818.123**
Terrenos e recursos naturais	22.340.307	0	0	0	1.717.084	**24.057.391**
Edifícios e outras construções	70.149.113	0	244.529	0	-243.482	**70.150.161**
Equipamento básico	10.073.846	0	493.045	0	-543.027	**10.023.864**
Equipamento de transporte	3.057.689	0	287.318	0	-285.445	**3.059.562**
Ferramentas e utensílios	40.016	0	0	0	0	**40.016**
Equipamento administrativo	4.106.176	0	351.077	0	-2.458	**4.454.796**
Outras imobilizações corpóreas	2.791.479	0	266.583	0	-4	**3.058.057**
Imobilizações em curso	29.792.778	0	1.544.250	0	0	**31.337.028**
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	951.279	0	0	-314.031	0	**637.248**
De Investimentos Financeiros	**9.786.856**	**0**	**701.947**	**0**	**-129.493**	**10.359.310**
Partes de capital	3.007.410	0	0	0	0	**3.007.410**
Obrigações e títulos de participação	1.255.020	0	3.394	0	0	**1.258.414**
Terrenos e recursos naturais	5.175.366	0	679.489	0	-129.493	**5.725.362**
Edifícios e outras construções	244.510	0	0	0	0	**244.510**
Imobilizações em curso	104.550	0	19.065	0	0	**123.615**
TOTAL	**346.116.948**	**-21.225**	**7.518.510**	**-314.031**	**513.176**	**353.813.378**

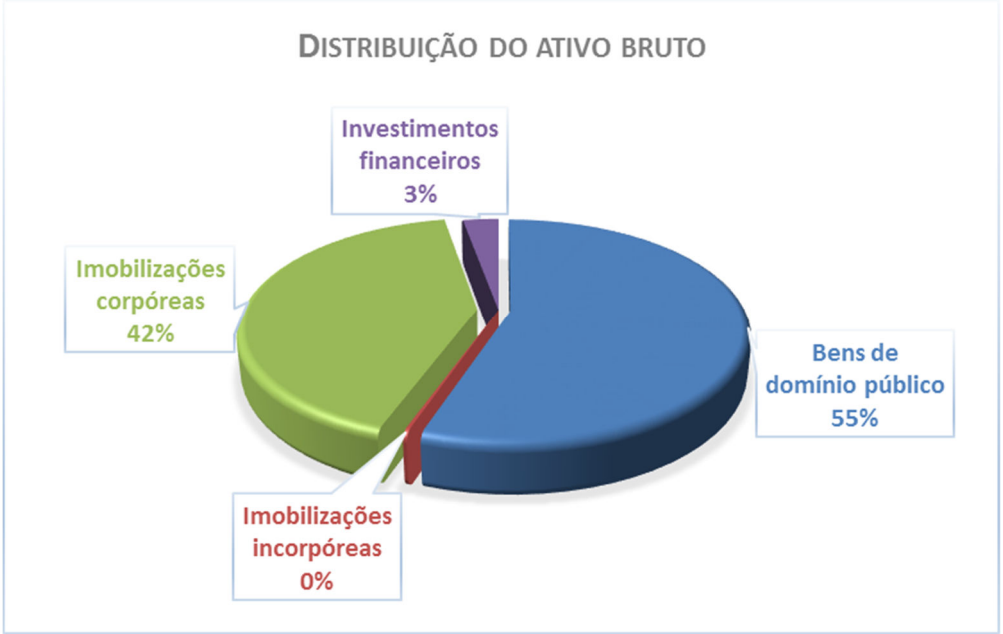


Gráfico 9 – Distribuição do ativo bruto

Quadro 10 – Amortizações e provisões consolidadas

Unidade: Euros

RÚBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZ.	SALDO FINAL
De Bens de domínio público	**74.988.666**	**9.131.808**	**0**	**84.120.474**
Terrenos e recursos naturais	45.000	0	0	45.000
Edifícios	74.943.666	9.131.808	0	84.075.474
De Imobilizações incorpóreas	**36.450**	**0**	**0**	**36.450**
Propriedade industrial e outros direitos	36.450	0	0	36.450
De Imobilizações corpóreas	**35.715.982**	**2.018.184**	**539.665**	**37.194.501**
Edifícios e outras construções	18.545.696	1.570.886	36.672	20.079.910
Equipamento básico	8.622.154	-46.160	215.091	8.360.903
Equipamento de transporte	2.395.954	103.036	285.445	2.213.545
Ferramentas e utensílios	39.674	178	0	39.852
Equipamento administrativo	3.671.564	231.664	2.458	3.900.771
Outras imobilizações corpóreas	2.440.940	158.580	0	2.599.520
De Investimentos em imóveis	**21.302**	**5.851**	**0**	**27.153**
Edifícios	21.302	5.851	0	27.153
De Investimentos Financeiros	**74.157**	**0**	**0**	**74.157**
Partes de capital	74.157	0	0	74.157
TOTAL	**110.836.557**	**11.155.843**	**539.665**	**121.452.735**

7.6.2. Remunerações do órgão executivo

As remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial nas entidades incluídas no perímetro de consolidação, são as constantes no quadro 11.

Quadro 11 – Remunerações do órgão executivo

Unidade: Euros

NOME	ÓRGÃO EXECUTIVO MUN TVR		CONSELHO ADMINISTRAÇÃO TAVIRAVERDE		CONSELHO ADMINISTRAÇÃO DA EMPET	
	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REM. LÍQUIDA AUFERIDA
Jorge Manuel do Nascimento Botelho	Presidente	32.585				
Ana Paula Fernandes Martins	Vereadora	25.119				
José Manuel Madeira Guerreiro	Vereador	26.358				
João Pedro da Conceição Rodrigues	Vereador	26.524				
Cristina Elvira Freitas Justo Martins	Vereadora	4.622				
Elsa Maria Simas Cordeiro	Vereadora	---				
Rui Manuel Mestra Domingos	Vereador	---				
José Fernandes Estevens	Vereador	---				
Jorge Humberto Martins Corvo	Vereador	---				

7.6.3. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

No quadro 12, é apresentada a demonstração consolidada dos resultados financeiros do grupo público municipal que revela um resultado financeiro positivo no montante de €1.687.621, motivado pelos elevados rendimentos de imóveis ocorridos.

Quadro 12 – Resultados financeiros consolidados

Unidade: Euros

CÓD. CONTAS	RÚBRICAS	EXERCÍCIOS 2017	EXERCÍCIOS 2016
	Custos e perdas	**2.170.828**	**1.975.119**
681	Juros suportados	468.616	567.485
688	Outros custos e perdas financeiros	14.590	42.524
	Resultados Financeiros	***1.687.621***	***1.365.109***
	Proveitos e ganhos	**2.170.828**	**1.975.119**
781	Juros obtidos	20.037	13.802
783	Rendimentos de imóveis	2.006.190	1.899.112
784	Rendimentos de participações de capital	144.601	62.205

7.6.4. Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Em relação à demonstração consolidada dos resultados extraordinários, verifica-se um resultado positivo de €530.169, em virtude da diminuição dos custos e perdas extraordinários, e do ligeiro aumento dos proveitos e ganhos do grupo, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro 13 – Resultados extraordinários consolidados

Unidade: Euros

CÓD. CONTAS	RÚBRICAS	EXERCÍCIOS 2017	EXERCÍCIOS 2016
	Custos e perdas	**1.487.225**	**1.672.630**
691	Transferências de capital concedidas	10.245	69.018
693	Perdas em existências	2.207	1.046
694	Perdas em imobilizações	630.030	107.469
695	Multas e Penalidades	0	181.540
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	165.490	2.783.150
698	Outros custos e perdas extraordinárias	149.084	242.191
	Resultados Extraordinários	***530.169***	***-1.711.783***
	Proveitos e ganhos	**1.487.225**	**1.672.630**
793	Ganhos em existências	1.714	5.508
794	Ganhos em imobilizações	156.171	97.514
795	Beneficios de penalidades contratuais	59.474	58.494
796	Reduções de amortizações e de provisões	0	282.827
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	214.097	196.134
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.055.768	1.032.153

7.7. INFORMAÇÕES DIVERSAS

As entidades integrantes do perímetro de consolidação aplicam o Sistema de Normalização Contabilística, SNC, pelo que foi assegurado a conveniente conversão das suas contas para o POCAL.

A dissolução da EMPET – Parques Empresarias de Tavira, EM, por força do disposto na alínea a) do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017, bem como a internalização da atividade ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que consiste na criação, gestão e prestação de serviços no âmbito da promoção e desenvolvimento das atividades económicas no concelho de Tavira, e de acordo com o plano de internalização. Não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação, porque não dispomos de uma avaliação atualizada sobre os valores de realização dos lotes e terrenos pelo que estes podem ser significativamente abaixo dos valores contabilísticos não tendo sido constituída qualquer provisão para esse efeito.

8. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da situação económico-financeira do grupo público municipal que foi efetuada ao longo deste relatório, constata-se que, em termos gerais:

- O grupo público municipal é composto por três entidades: Município de Tavira, TaviraVerde e EMPET;
- O Ativo do grupo é de €261.888.888;
- O resultado líquido do exercício é negativo no montante de €5.129.132;
- A dívida consolidada do grupo público municipal, sofreu uma redução de 8,03%, face ao ano anterior, e totaliza €26.542.974, sendo €7.559.435 referente a dívida de curto prazo;
- O resultado financeiro foi positivo em €1.687.621;
- O resultado extraordinário foi positivo em €530.169.

Paços do Concelho, 7 de junho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,

Jorge Botelho

9. ANEXO – BALANÇO CONSOLIDADO

Código das contas	Ativo	2017 AB	2017 AP	2017 AL	2016 AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	46.691.872	0	46.691.872	46.691.872
452	Edifícios	45.000	45.000	0	0
453	Outras construções e infra-estruturas	127.437.444	84.075.474	43.361.969	52.493.840
445	Imobilizações em curso	21.616.767	0	21.616.767	18.026.078
		195.791.083	**84.120.474**	**111.670.608**	**117.211.791**
	Imobilizações incorpóreas				
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	200.078	0	200.078	200.078
433	Propriedade industrial e outros direitos	36.450	36.450	0	0
443	Imobilizações em curso	608.271	0	608.271	590.424
		844.799	**36.450**	**808.349**	**790.502**
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	24.057.392	0	24.057.392	22.340.308
422	Edifícios e outras construções	70.150.161	20.079.909	50.070.251	51.603.417
423	Equipamento básico	10.023.864	8.360.903	1.662.962	1.451.693
424	Equipamento de transporte	3.059.562	2.213.545	846.017	661.735
425	Ferramentas e utensílios	40.016	39.852	164	342
426	Equipamento administrativo	4.454.796	3.900.772	554.024	434.612
429	Outras imobilizações corpóreas	3.058.057	2.599.516	458.541	350.538
442	Imobilizações em curso	31.337.028	0	31.337.028	29.792.778
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	637.240	0	637.240	951.279
		146.818.116	**37.194.497**	**109.623.618**	**107.586.703**
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	3.007.410	74.157	2.933.252	2.933.252
412	Obrigações e títulos de participação	1.258.314	0	1.258.314	1.254.919
414	Investimentos em imóveis	5.969.872	156.645	5.813.227	5.398.574
441	Imobilizações em curso	123.615	0	123.615	104.550
		10.359.211	**230.803**	**10.128.408**	**9.691.296**
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	580.630	0	580.630	556.871
35	Produtos e trabalhos em curso	666.185	0	666.185	666.185
33	Produtos acabados e intermédios	690.437	12.064	678.373	3.069.730
32	Mercadorias	360	0	360	360
		1.937.612	**12.064**	**1.925.548**	**4.293.146**
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
282	Empréstimos concedidos	7.902	0	7.902	7.902
		7.902	**0**	**7.902**	**7.902**
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
211	Clientes	529.364	0	529.364	463.593
212	Contribuintes, c/c	60.827	0	60.827	60.277
213	Utentes, c/c	131.059	0	131.059	137.349
214	Devedores de operações de tesouraria	8	0	8	8
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	308.198	308.198	0	0
229	Adiantamentos a fornecedores	59	0	59	20
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	39	0	39	0
24	Estado e outros entes públicos	252.886	0	252.886	176.245
262+263+268	Outros devedores	1.223.731	0	1.223.731	1.238.878
		2.506.170	**308.198**	**2.197.972**	**2.076.369**
	Depósitos em instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	16.178.608	0	16.178.608	14.792.625
11	Caixa	3.939	0	3.939	5.040
		16.182.546	**0**	**16.182.546**	**14.797.665**
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	8.535.322	0	8.535.322	8.367.000
272	Custos diferidos	808.614	0	808.614	231.725
		9.343.936	**0**	**9.343.936**	**8.598.725**
	Total de Amortizações		121.582.224		
	Total de Provisões		320.262		
	Total do Ativo	**383.791.374**	**121.902.487**	**261.888.888**	**265.054.099**

Código das contas	Fundos Próprios e Passivo	2017 AL	2016 AL
	Fundos próprios		
51	**Património**	203.846.523	203.846.523
	Reservas		
571	Reservas legais	3.168.958	2.729.471
576	Doações	7.706.246	5.960.486
59	**Resultado transitados**	1.846.102	7.971.042
88	**Resultado líquido do exercício consolidado**	-5.129.132	-4.324.186
	Resultado afeto a interesses minoritários	307.718	422.579
	Total dos Fundos Próprios	**211.746.415**	**216.605.915**
	Interesses minoritários	**1.663.761**	**1.657.873**
	Passivo		
291	**Provisões**	4.742.284	1.460.372
		4.742.284	**1.460.372**
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
2312	Dívidas a instituições de crédito	18.983.538	20.309.997
		18.983.538	**20.309.997**
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
269	Adiantamentos por conta de vendas	713.196	1.608.233
2312	Dívidas a instituições de crédito	825.000	768.171
221	Fornecedores, c/c	2.749.626	2.876.110
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	469.036	114.092
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	724.983	699.341
24	Estado e outros entes públicos	129.575	457.332
262+263+268	Outros credores	1.811.001	1.999.671
2618	Fonecedores imobilizado - Fat. em conferência	137.017	26.565
		7.559.435	**8.549.514**
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	3.268.578	2.917.169
274	Proveitos diferidos	13.924.877	13.553.258
		17.193.454	**16.470.427**
	Total do Passivo	**48.478.712**	**46.790.311**
	Total	**261.888.888**	**265.054.099**

10. ANEXO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESIGNAÇÃO	2017		2016
Custos e Perdas			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	1.189.872		
Matérias	630.474	1.820.346	1.705.891
Fornecimentos e serviços externos	9.321.693		
Custos com o pessoal:			
Remunerações	9.398.874		
Encargos sociais	2.637.833	21.358.400	20.280.948
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	2.465.314	2.465.314	2.142.963
Amortizações do exercício	11.625.417		
Provisões do exercício	3.289.191	14.914.608	12.370.668
Outros custos e perdas operacionais	152.740	152.740	59.182
(A) ----------		**40.711.408**	**36.559.652**
Custos e perdas financeiras	483.207	483.207	779.536
(C) ----------		**41.194.616**	**37.339.187**
Custos e perdas extraordinárias	957.055	957.055	3.384.413
(E) ----------		**42.151.670**	**40.723.600**
Resultado líquido antes de interesses minoritários	-5.436.849		
Resultado líquido do grupo municipal		-5.129.132	-4.324.186
Interesses minoritários	307.718		
		37.022.539	**36.399.414**
Proveitos e Ganhos			
Vendas e prestações de serviços:			
Vendas de mercadorias	2.371.822		
Vendas de produtos	911.750		
Prestações de serviços	7.839.050	11.122.622	9.966.790
Impostos e taxas	15.485.894		
Variação da produção	-807.000		
Transferências e subsídios obtidos	7.562.970		
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	22.241.864	22.615.347
(B) ----------		**33.364.486**	**32.582.137**
Proveitos e ganhos financeiros	2.170.829	2.170.829	2.144.645
(D) ----------		**35.535.315**	**34.726.782**
Proveitos e ganhos extraordinários	1.487.224	1.487.224	1.672.632
(F) ----------		**37.022.539**	**36.399.414**

Resumo:		
Resultados Operacionais (B-A)	-7.346.922	-3.977.515
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)	1.687.621	1.365.109
Resultados correntes (D-C)	-5.659.301	-2.612.406
Resultado liquido antes de impostos(F-E)	-5.129.132	-4.324.186
Resultado líquido antes de interesses Minoritários	-5.436.849	-4.746.765
Resultado afeto a interesses minoritários	307.718	422.579
Resultado liquido ao exercício consolidado	-5.129.132	-4.324.186

11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de MUNICÍPIO DE TAVIRA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 261.888.888 euros e um total de fundos próprios de 211.746.415 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.129.132 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras constantes no ponto 7 do relatório de gestão que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao efeito da matéria descrita no primeiro parágrafo e quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas nos restantes parágrafos da secção Bases para a Opinião com Reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de MUNICÍPIO DE TAVIRA em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

As rubricas Imobilizados em Curso (domínio publico e imobilizações corpóreas) incluem obras concluídas, no ano e em anos anteriores e que já possuem auto de receção, no montante de 29.690.851 euros (28.376.171 euros no ano 2016). De acordo com o POCAL estas obras deveriam ter sido transferidas para o imobilizado corpóreo, não tendo sido possível quantificar as respetivas amortizações e os consequentes efeitos nos resultados.

Conforme referido na Certificação Legal das Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa municipal Empet, E.M., Lda, foi interposta contra a empresa uma ação administrativa movido pelo consórcio adjudicatário da empreitada de execução de infra-estruturas do loteamento urbano no parque de exposições e feiras de Tavira, desconhece-se o desfecho do processo, bem como os eventuais custos significativos para a empresa, não passiveis de quantificação atualmente.

O Município não preparou o Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais, de apresentação obrigatória segundo o nº 4 da Portaria nº 474/2010 de 1 de julho, razão pela qual não damos opinião sobre a referida demonstração financeira.

Conforme referido no ponto 7.7 do relatório de gestão, o processo de dissolução da Empet, E.M., Lda., dado o seu enquadramento na alínea a) do nº 1 do artigo 62º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi aprovada em reunião de câmara de 21 de fevereiro de 2017 e em sessão de assembleia de 3 de março de 2017. De acordo com a Certificação Legal de Contas emitida pela sociedade de revisores da empresa, não foi efetuado qualquer ajustamento aos valores dos ativos para os correspondentes valores de liquidação.

Inscrição na CMVM N.º 20161386 | Inscrição na OROC N.º 31 | Contribuinte n.º 501 362 509

ÊNFASE

Conforme referido no ponto 7.6.1 do Anexo, as infraestruturas de água e saneamento registadas no imobilizado do Município, como bens de domínio público, no montante de 3.475.000 euros (3.807.000 euros em 2016), estão a ser geridas/controladas pela empresa municipal Tavira Verde, E.M.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro do Grupo de acordo com de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Linda-a-Pastora, 7 de junho de 2018

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representado por:

José Martins Correia - ROC